

03 jan 2022 / 10:42

ME continua a ocultar informações e, pelo menos, metade dos profissionais da Educação continuam fora do reforço de vacinação

Inicia-se, hoje, 3 de janeiro, o prolongamento da interrupção letiva de Natal, decidido pelo governo, na sequência do aumento de novos casos diários de Covid-19. Recordar-se que o ano 2021 encerrou com a notícia de que 2/3 dos cerca de 600 surtos de Covid-19 em Portugal aconteciam em escolas.

Apesar da gravidade da atual situação epidemiológica e do seu aparente impacto nas escolas, o ministro da Educação continua a ocultar informações que lhe foram requeridas e que deverá facultar às organizações sindicais representativas dos trabalhadores das escolas.

Entretanto, responsáveis da DGS começaram a admitir a possibilidade de um novo adiamento da reabertura das escolas, o que, a acontecer, seria o reconhecimento do fracasso das decisões e medidas do governo relativamente às escolas. A falta de testagem generalizada e regular, a não integração dos docentes e outros trabalhadores das escolas no grupo de profissões prioritárias para a vacinação de reforço e a falta de uma estratégia clara para a vacinação generalizada dos jovens e crianças são exemplos da insuficiência dessas decisões e medidas.

No caso da fraca taxa de vacinação das crianças, há elevadas responsabilidades dos governantes e das autoridades de saúde pública, pois, ainda há um ano, repetiam que a Covid-19 não era um problema naquelas idades e que as escolas eram um lugar seguro e não promotor de contágio. Um ano depois, neste seu ziguezaguear oratório, vêm afirmar o contrário, sendo natural que esta e outras contradições não beneficiem o interesse maior de saúde pública, gerando dúvidas nos pais.

Poderá dizer-se que, por força do envelhecimento da profissão docente, cerca de metade dos professores e educadores poderá já ter sido vacinada ou agendado a vacinação, porém, todos os outros continuam a aguardar, não sendo aceitável uma eventual justificação à conta de um problema ao qual o governo foi incapaz de dar resposta: o envelhecimento dos profissionais da Educação.

Os professores exigem respeito também no domínio da segurança sanitária, como tal reclamam do governo, em primeiro lugar, transparência em relação ao impacto da Covid-19 nas escolas, devendo o ministério da Educação disponibilizar as informações requeridas pela FENPROF; depois, em nome da segurança que lhes é devida, assim como às suas famílias, e no sentido de garantir que o ensino se manterá presencial, exigem ser chamados à vacinação, os que a aguardam, ainda antes do retorno às aulas, tendo em conta, até, que as pessoas mais idosas e/ou com comorbidades já foram vacinadas.

O Secretariado Nacional da FENPROF